

COBRANÇA

Ministério Público moverá ação por câmeras de segurança em Tangará

>> Paulo César Desidério
Redação DS

O Ministério Público, por meio da 1ª Promotoria Cível de Tangará da Serra, moverá uma ação cobrando tanto do Governo do Estado de Mato Grosso e da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, a manutenção das câmeras de segurança instaladas no município. Na edição desta quarta-feira, 19, o DS publicou entrevista com o secretário executivo do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), Juscelilson Nazário, onde

ele afirma que de quinze, apenas três estariam funcionando.

De acordo com a promotora Claire Vogel Dutra, desde o ano passado a situação vem sendo apurada e a preocupação do Ministério Público é resolver a burocracia no caso.

“Pode ser que seja uma situação simples de se resolver e que alguns entraves burocráticos estejam impedindo que o problema se resolva de forma mais fácil. Contamos com o fundo municipal de segurança pública, tem recursos nesse fundo, que poderia nesse momento

resolver a questão no sentido de utilizá-los para o conserto dessas câmeras e num segundo momento, passaríamos a discutir de quem é a responsabilidade”, argumentou, ao destacar que na época da instalação dos equipamentos, os governos do estado e do município não se atentaram em fazer um pacto para estabelecer as competências da manutenção dos aparelhos periodicamente.

“É um equipamento eletrônico que está sujeito a intempéries, fica a céu aberto, é chuva, sol, raios. É um equipamento eletrônico que preci-



“É um equipamento eletrônico que precisa de manutenção”, diz promotora

sa de uma manutenção, gastando, deteriorando, com o tempo vai se des- manutenção periódica”, então precisa fazer uma complementa.

APURAÇÃO

Abertura de Ação Civil aguarda trâmites finais

>> Paulo César Desidério
Redação DS

Em entrevista ao DS, a promotora Claire Vogel Dutra não falou em prazos sobre o ingresso de ação contra o município de Tangará da Serra e o estado de Mato Grosso pelo abandono às câmeras de segurança instaladas nos principais pontos da cidade. No entanto, o MP fará a sua parte para a resolução do problema.

“O município entende que é obrigação do estado, o estado entende que é obrigação do município e ninguém resolve a questão. Chegamos na fase final de investigação, administrativamente percebo que não tem mais o que fazer e o próximo passo do Ministério Público é realmente ingressar com uma ação civil pública”, declarou a promotora, ao acrescentar que a sociedade está sendo prejudicada com o problema.

“Nós pedimos informações para a Polícia Militar e Polícia Civil com relação a questão de índices de criminalidade e a importância dessas câmeras no trabalho das polícias e eles reafirmaram essa importância. Além de inibir a criminalidade, ainda ajudam a solucionar os crimes, identificação de criminosos, dinâmica dos fatos, tudo isso facilita o trabalho da segurança



Claire Vogel Dutra, promotora de Justiça

pública e faz com que a população se sinta mais protegida”, argumentou a promotora.

Apenas procedimentos finais emperram a movimentação da ação que conforme Claire, visa a aplicação correta do dinheiro público e manutenção dos bens adquiridos com tais recursos.

“Só estamos aguardando que venha uma resposta de ofício e com essa resposta, pretendemos ingressar com essa

ação. A gente quer que seja aplicado [o dinheiro público] de forma regular, sem que passe por cima de alguma formalidade legal. O que não pode também é ficar refém dessas formalidades e fazer com que a burocracia se sobreponha à prática”, destacou, ao novamente enfatizar que há dinheiro no fundo municipal de segurança pública e que a resolução do problema depende da vontade das partes.

VLT “TRAVADO”

Juiz dá prazo para partes atenderem exigência

>> Midia News

O juiz federal Ciro José de Andrade Arapiraca, da 1ª Vara de Mato Grosso, deu prazo para o Governo do Estado e o Consórcio VLT modificarem o acordo para retomada das obras do Veículo Leve sobre Trilhos conforme pedem o Ministério Público Estadual e Federal.

No início do mês, os órgãos se manifestaram contra o acordo por entender que o Governo não sanou ou não deu resposta adequada às irregularidades comprovadas na ação judicial para retomada das obras.

Segundo Arapiraca, Estado e Consórcio terão três dias para apresentar as modificações.

“A se iniciar pelo Es-

tado de Mato Grosso, a partir do dia seguinte à data desta decisão e, para o Consórcio VLT, com início em 25/07/2017, para manifestação e/ou apresentação de nova minuta de acordo que contemple as condições e modificações exigidas pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, sendo facultado ao Estado de Mato Grosso a juntada de sua manifestação no último dia do prazo para o Consórcio VLT”, disse.

Na decisão, o juiz afirmou que não poderá homologar o acordo sem a adesão do Ministério Público, autor processual. Para ele, sem acordo com o MP, “não há sequer proposta de acordo a ser homologada”.

Arapiraca pediu que o Executivo se manifeste de

forma concreta, conclusiva e definitiva.

O acordo foi assinado em março deste ano, após inúmeras reuniões entre o governador Pedro Taques (PSDB), o secretário de Estado das Cidades, Wilson Santos, o controlador geral do Estado, Ciro Rodolpho Gonçalves, o procurador-geral do Estado, Rogério Gallo, e suas respectivas equipes, com representantes do Consórcio VLT.

Pelo entendimento, o Estado vai pagar R\$ 922 milhões para a conclusão integral da implantação do modal. Desse total, o Governo tem em caixa R\$ 322 milhões. O restante depende de empréstimo.

A previsão, até então, era de que as obras fossem retomadas em maio deste ano com prazo de conclusão total de 24 meses.

